

**Centrais de Abastecimento do
Paraná S.A.**

CNPJ 75.063.164/0001-67

Curitiba - PR

**Informações intermediárias do período findo em
30 de junho de 2021**



Relatório de revisão de informações intermediárias

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros do
CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da **Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.** (Companhia) em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias (NBC TR 2410) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nós auditadas com parecer, sem modificação, datado em 19 de março de 2021.

Curitiba, 19 de agosto de 2021.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
VALDAIR MARTIMIANO
Contador CRC-PR Nº 042.482/O-7

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR
Balço Patrimonial
Ativo

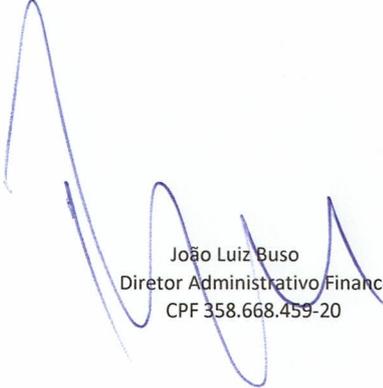
	Nota	Em Milhares de Reais	
		30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Circulante		22.489	26.548
Disponibilidades		13.871	10.515
Bancos Conta Movimento	4	1.341	399
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4	12.530	10.116
Direitos Realizáveis		8.551	16.003
Contas a Receber de Clientes	5	7.934	15.376
Tributos a Recuperar		56	74
Empréstimo com Acionista	6	220	534
Estoques		40	18
Outros Direitos Realizáveis	7	301	1
Despesas do Exercício Seguinte		67	30
Não Circulante		178.125	173.742
Realizável a Longo Prazo		3.561	2.488
Contas a Receber de Clientes	5	1.263	67
Depósitos Judiciais	8	1.975	2.041
Direito de Uso de Ativos	9	323	380
Investimentos		128	128
Imobilizado Próprio de Uso	10	174.436	171.126
Total do Ativo		200.614	200.290



Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00



Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20



João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20



Antonio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91



João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00

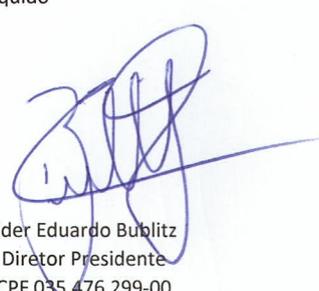
Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

Balço Patrimonial

Passivo e Patrimônio Líquido

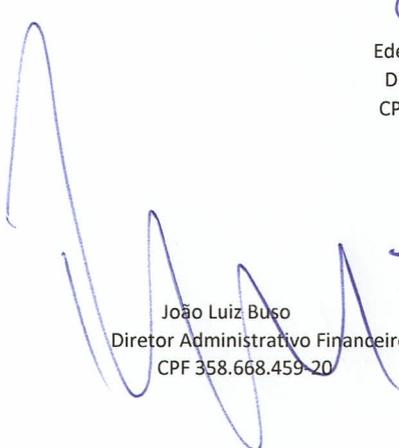
	Nota	Em Milhares de Reais	
		30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Circulante		8.895	9.852
Fornecedores	11	2.051	1.092
Obrigações Sociais e Fiscais	12	1.536	3.174
Provisão de Férias e Encargos	13	1.281	842
Provisão para Contingências	14	2.500	2.770
Dividendos Propostos	15	0	869
Outras Obrigações	16	1.356	877
Passivo de Arrendamento	17	171	228
Não Circulante		59.315	59.548
Passivo de Arrendamento	17	152	152
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	18	9.758	9.758
Tributos Diferidos Passivos	19	49.405	49.638
Patrimônio Líquido		132.404	130.890
Capital Social Realizado	20	31.114	31.114
Reservas de Lucros	20	5.386	3.420
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	95.904	96.356
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		200.614	200.290



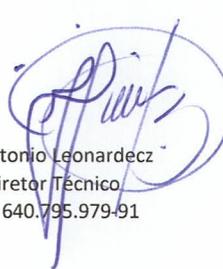
Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00



Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20



João Luiz Buço
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20



Antonio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91



João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota	Em Milhares de Reais	
		Períodos	
		01/jan./21 a 30/jun./21	01/jan./20 a 30/jun./20
Receita Líquida	21	12.789	10.620
Lucro Bruto		12.789	10.620
Despesas/Receitas Operacionais		(11.043)	(8.915)
Gerais e Administrativas	22	(8.990)	(7.402)
Remuneração e Encargos dos Administradores	22	(628)	(545)
Depreciação e Amortização	10	(1.598)	(1.478)
Recuperação de Despesas	23	173	510
Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras		1.746	1.705
Despesas Financeiras	24	(64)	(36)
Receitas Financeiras	24	568	806
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		2.250	2.475
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	25	(1.838)	(1.635)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	26	233	0
Lucro/(Prejuízo) do Período		645	840
Lucro/(Prejuízo) por Ação - R\$ 1,00		0,02	0,03

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./21 a 30/jun./21	01/jan./20 a 30/jun./20
Lucro Líquido do Período	645	840
Movimentação do Período	0	0
Resultado Abrangente do Período	645	840

Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00

João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20

Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20

Antonio Leonardecz
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20

João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2020	28.614	900	1.490	8.460	90.288	0	129.752
Aumento de Capital	2.500						2.500
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado							
Realização da mais valia - Depreciação					(1.341)	1.341	0
Reversão de tributos diferidos					456	(456)	0
Realização da mais valia pela baixa de bens					(273)		(273)
Realização da mais valia avaliação pela baixa de bens					93	(93)	0
Ajuste reversão da realização da mais valia - depreciação					10.807	(10.807)	0
Ajuste reversão da realização da mais valia - tributos diferidos					(3.674)		(3.674)
Reversão da reserva de lucros				(8.293)		8.293	0
Lucro do Exercício						3.454	3.454
Constituição da reserva legal - 5%		173				(173)	0
Constituição da reserva estatutária - 10%			345			(345)	0
Constituição da reserva expansão - 10%				345		(345)	0
Dividendos propostos						(869)	(869)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2020	31.114	1.073	1.835	512	96.356	0	130.890
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado							
Realização da mais valia - Depreciação					(684)	684	0
Reversão de tributos diferidos					232	(232)	0
Lucro líquido do período						645	645
Constituição de reserva especial de lucros (52ª AGO)						869	869
Saldos Finais em 30 de junho de 2021	31.114	1.073	1.835	512	95.904	1.966	132.404



Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00



Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20



João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.439-20



Antonio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91



João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/06
CPF 076.961.619-00

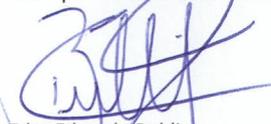
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

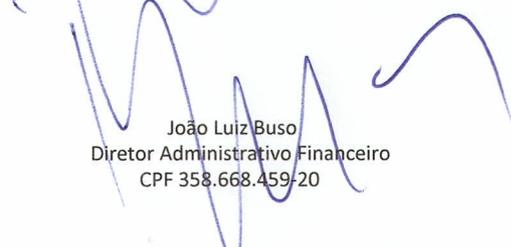
Curitiba - PR

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Método Indireto

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./21 a 30/jun./21	01/jan./20 a 30/jun./20
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.250	2.475
Ajustes por:		
Provisão para Férias e Encargos	439	(65)
Provisão para Contingências	(270)	(37)
Depreciações e Amortizações	1.598	1.479
Lucro Ajustado	<u>4.017</u>	<u>3.852</u>
IR e CS Pagos	(1.838)	(1.635)
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais		
Clientes	6.246	319
Tributos a Recuperar	18	278
Estoques	(22)	(7)
Outros Direitos Realizáveis	(300)	(126)
Despesas do Exercício Seguinte	(37)	(44)
Depósitos Judiciais	66	(24)
Direitos de uso de ativos	57	63
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	959	941
Obrigações Sociais e Fiscais	(1.638)	(103)
Outros Obrigações	479	405
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>8.007</u>	<u>3.919</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	<u>(4.908)</u>	<u>(3.851)</u>
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(4.908)	(3.851)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Arrendamento Mercantil a Pagar	(57)	(63)
Empréstimos a acionistas	314	126
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	<u>257</u>	<u>63</u>
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3.356</u>	<u>131</u>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	10.515	7.747
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	13.871	7.878


Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00


Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20


João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20


Antonio Leonadez
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91


João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/06
CPF 076.961.619-00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.

Curitiba – PR

Notas Explicativas às Informações Intermediárias do Período Findo em 30 de junho de 2021

(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais, em sintonia com a política governamental.

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços e desenvolver técnicas com as demais entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação Inter organizacional no setor público agrícola do Estado.

As informações intermediárias foram aprovadas pela Administração da Companhia em 19 de agosto de 2021.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As informações intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Revis.

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de informações intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Instrumentos Financeiros

2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de “Receitas Financeiras e Despesas Financeiras”.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa (nota explicativa “4”), nessa classificação.

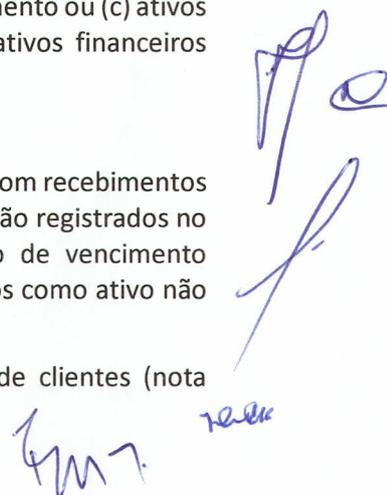
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui contas a receber de clientes (nota explicativa “5”), nessa classificação.



- Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de junho de 2021, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "11").

2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos/(perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para crédito liquidação duvidosa "PCLD" constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "HMT" and "Ribeira".

2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS passivo diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000, baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.7. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.

2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "11".

2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.11. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

A Companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná, protocolado físico nº 8002075-9 e digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária. Vide nota explicativa “18”.

2.12. Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “14”.

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Lucro Presumido.

2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.

2.15. CPC 06 (R2)/IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A Companhia realizou o levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Está reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.



O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental a Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial.

Em 30 de junho de 2021 o ativo de direito de uso representa R\$ 323, nota explicativa 9, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 171 no passivo circulante, e R\$ 152 no passivo não circulante, nota explicativa 17.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa "14".

Em 7

2021

Pa

Pa

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Recursos em Bancos Conta Movimento	1.341	399
Aplicações de Liquidação Imediata	12.530	10.116
	<u>13.871</u>	<u>10.515</u>

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

	30 de Junho de 2021		31 de Dezembro de 2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes Permissionários	8.101	-	15.492	-
Créditos com Permissionários	810	-	861	-
Créditos Judiciais de Clientes	-	8.055	-	6.859
(-) Provisão para Credores Duvidosos	(977)	(6.792)	(977)	(6.792)
	<u>7.934</u>	<u>1.263</u>	<u>15.376</u>	<u>67</u>

No ano de 2020 e 2021, a Companhia realizou o levantamento de informações e decidiu realizar a provisão para credores duvidosos, totalizando o saldo de PCLD no circulante de R\$ 977 e R\$ 6.792 para ativo não circulantes

Nota 6. Empréstimos com Acionista

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do PR	220	534
	<u>220</u>	<u>534</u>

fm7

revisão

[Handwritten signature]

Nota 7. Outros Direitos Realizáveis

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Antecipação de 13º Salário	265	0
Antecipações de Férias	29	0
Fornecedores	1	0
Adiantamentos para Viagens	6	1
	<u>301</u>	<u>1</u>

Nota 8. Depósitos Judiciais

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Depósitos Judiciais	1.975	2.041
	<u>1.975</u>	<u>2.041</u>

Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações. Os valores são corrigidos, na sua maioria, pela Taxa Referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

No período findo em 30 de junho de 2021 houve a redução de R\$ 66 mil referente a devoluções e resgates para contingentes encerrados.

Nota 9. Direito de Uso de Ativos

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Imóveis Alugados	323	380
	<u>323</u>	<u>380</u>

A Companhia possui contrato de locação com a empresa Solidez Administração e Participação Ltda., contrato que possui como objeto o imóvel para fins comerciais da Sede Administrativa do CEASA, situado na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2143. O contrato nº 14.689.472-0, de 01/08/2017, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de aproximadamente R\$ 19 mil a serem pagos pela CEASA para a empresa durante todo prazo do contrato, qual possui vigência até 01/08/2022.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de ativos corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel mínimo previsto nos contratos, descontados a valor presente pelas taxas projetadas e prazos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovação em conformidade com políticas internas.

Portanto, em 30 de junho de 2021 o ativo de direito de uso representa R\$ 323, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 171 no passivo circulante e R\$ 152 no passivo não circulante.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: A stylized signature.
 - Middle right: A long, sweeping signature.
 - Bottom right: The initials "RMT" and "re" written in blue ink.

Nota 10. Imobilizado

			30 de Junho 2021	31 de Dezembro 2020
Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.241	-	110.241	110.241
Edificações	84.402	(23.597)	60.805	57.450
Instalações	2.330	(568)	1.762	1.653
Móveis e Utensílios	1.356	(942)	414	387
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	1.951	(1.568)	383	476
Veículos	1.803	(982)	821	909
Aparelhos de Telecomunicação	69	(60)	9	9
Outras Imobilizações	1	-	1	1
Softwares e Processamento	80	(80)	-	-
Total	202.233	(27.797)	174.436	171.126

Movimentação do Imobilizado ocorrida no período de 01 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021:

Imobilizado	31 de Dezembro 2020	Adições	Depreciações	30 de Junho 2021
Terrenos	110.241	-	-	110.241
Edificações	57.450	4.573	(1.218)	60.805
Instalações	1.653	214	(105)	1.762
Móveis e Utensílios	387	57	(30)	414
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	476	64	(157)	383
Veículos	909	-	(88)	821
Aparelhos de Telecomunicação	9	-	-	9
Outras Imobilizações	1	-	-	1
Softwares e Processamento	-	-	-	-
Total	171.126	4.908	(1.598)	174.436

Nota 11. Fornecedores

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Fornecedores de Materiais	0	0
Fornecedores de Serviços	2.051	1.092
	<u>2.051</u>	<u>1.092</u>

Im7

Wesley

[Handwritten signature]

Nota 12. Obrigações Fiscais e Sociais

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
<u>Obrigações Sociais</u>		
INSS S/ Folha de Pagamento	206	239
FGTS S/ Folha de Pagamento	52	82
IRRF S/ Folha	24	137
<u>Obrigações Fiscais</u>		
IRPJ - Balancete Suspensão Redução	681	1.513
CSLL - Balancete Suspensão Redução	283	556
PIS	12	85
COFINS	57	393
Imposto de Renda de Terceiros	8	7
Seguridade Social	108	91
ISS	66	46
PIS/COFINS/CSLL Retidos	39	25
	<u>1.536</u>	<u>3.174</u>

Nota 13. Provisões para Férias e Encargos

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Provisão de Férias	947	622
Provisão INSS s/Férias	259	170
Provisão FGTS s/Férias	75	50
	<u>1.281</u>	<u>842</u>

Nota 14. Provisão para Contingências

	31 de Março de 2021	31 de Dezembro de 2020
Provisão para Contingências Cíveis	960	1.043
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.540	1.727
	<u>2.500</u>	<u>2.770</u>

Cíveis - A Companhia é em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações, de natureza cível, que representavam, em 30 de junho de 2021, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Não há nenhuma ação individual de valor significativo.

Trabalhistas - A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente.

Nota 15. Dividendos Propostos

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Dividendos Propostos	0	869
	<u>0</u>	<u>869</u>

Através da 52ª AGO a Administração da Companhia optou por reverter a provisão de dividendos propostos para reservas especiais justificando que a pandemia afetou grande parte das atividades econômicas, não sendo diferente com a Companhia, visualizando dificuldades financeiras dos permissionários e produtores rurais, que poderão afetar o caixa da CEASA/PR ao longo do exercício, além da necessidade de investimentos para auxílio no desenvolvimento e consequente melhoria no atendimento à Comunidade.

Nota 16. Outras Obrigações

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Débitos Com Terceiros	50	0
Fundo De Reserva	1.306	877
	<u>1.356</u>	<u>877</u>

Nota 17. Obrigações com Arrendamento Mercantil - IFRS 16

Em 30 de junho de 2021 o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 171 no passivo circulante, e R\$ 152 no passivo não circulante.

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
<u>Curto Prazo</u>		
Obrigações com Aluguéis	171	228
<u>Longo Prazo</u>		
Obrigações com Aluguéis	152	152
	<u>323</u>	<u>380</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Jun 7.", "RAB", and several illegible signatures.

Nota 18. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
Governo do Estado do Paraná	9.758	9.758
	<u>9.758</u>	<u>9.758</u>

Nota 19. Tributos Diferidos

	30 de Junho de 2021	31 de Dezembro de 2020
IRPJ - Diferido	36.327	36.498
CSLL - Diferida	13.078	13.140
	<u>49.405</u>	<u>49.638</u>

Nota 20. Patrimônio Líquido

- a) O capital social está representado por 31.114.102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencente inteiramente a sócios domiciliados no país, em 30 de junho de 2021 e (31.114.102 ações em 31 de dezembro de 2020).
- b) Reserva de lucros: O saldo restante da conta de lucros acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado à reservas de lucros a disposição dos acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.
- c) Dividendos propostos: No decorrer do 2º trimestre de 2021, não foram propostos dividendos aos acionistas.
- d) Lucro/(prejuízo) por ação: O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações:

	30 de Junho de 2021	30 de Junho de 2020
Lucro/(Prejuízo) Atribuível aos Acionistas	645	840
Quantidade de Ações de Capital	31.114	31.114
Lucro/(Prejuízo) Básico por Ações	<u>0,02</u>	<u>0,03</u>

Nota 21. Receitas e Deduções

	30 de Junho de 2021	30 de Junho de 2020
Prestação de Serviços Mercado Interno	13.274	11.022
Deduções da Receita Bruta	(485)	(402)
	<u>12.789</u>	<u>10.620</u>

Nota 22. Despesas Gerais e Administrativas

	30 de Junho de 2021	30 de Junho de 2020
Despesas com Pessoal	(2.495)	(2.292)
Ocupação	(190)	(109)
Utilidades e Serviços	(4.646)	(3.826)
Despesas Gerais	(1.134)	(1.087)
Impostos e Taxas	(525)	(88)
Remuneração e Encargos dos Administradores	(628)	(545)
	<u>(9.618)</u>	<u>(7.947)</u>

Nota 23. Outras Receitas Operacionais

	30 de Junho de 2021	30 de Junho de 2020
Recuperações e Reversões de Despesas	173	510
	<u>173</u>	<u>510</u>

Nota 24. Receitas e Despesas Financeiras

	30 de Junho de 2021	30 de Junho de 2020
<u>Receitas Financeiras</u>		
Multas Contratuais	90	57
Juros Ativos	237	558
Rendas Títulos e Valores	189	98
Descontos Obtidos	0	1
Atualização Monetária Ativa	51	92
<u>Despesas Financeiras</u>		
Despesas Bancárias	(60)	(32)
Juros Passivos	0	0
IOF	(3)	(4)
	<u>504</u>	<u>770</u>

Nota 25. IRPJ e CSLL Corrente

	30 de Junho de 2021	30 de Junho de 2020
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1.349)	(1.199)
Contribuição Social Lucro Líquido	(489)	(436)
	<u>(1.838)</u>	<u>(1.635)</u>

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and another at the bottom center.]

Nota 26. IRPJ e CSLL Diferido

	30 de Junho de 2021	30 de Junho de 2020
Imposto de Renda Diferido	171	0
Contribuição Social Diferida	62	0
	<u>233</u>	<u>0</u>

Nota 27. Seguros (Não Auditados)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 28. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que colem, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, constando de prontuários individualizados dos empregados, consta o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE - Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.




Nota 29. Pandemia da Covid-19 – Impactos e Ações

Desde o início da pandemia, através de recomendações das autoridades das esferas de Governo, a CEASA/PR por essencialidade de objeto, vem cumprindo com as determinações estabelecidas naquilo que lhe compete, diante da sociedade paranaense, em especial aos tópicos abaixo elencados

Colaboradores Diretos e Indiretos - Terceirizados

Os afastamentos, guardam rígidas avaliações e diante dos sintomas, por iniciais ou menores que sejam, são imediatamente colocados em disponibilidade para medidas pertinentes de avaliações médica e encaminhamentos para testes recomendados. Cabe ainda, tratamento adequado aos empregados com idade acima do estabelecido nos regramentos oficiais, assim como às possíveis comorbidades avaliadas e detectadas, são disponibilizados para home office/tele trabalho. Ocorre toda a disponibilização de meios de segurança hoje utilizados, como máscara, álcool em gel, medição constante de temperatura, distanciamento entre os funcionários quando presencial, dentre outras ações cabíveis. Vale destacar o esforço financeiro em não reduzir salários e ou retirar qualquer benefício dos empregados, assim como, aplicado os mesmos tratamentos de forma isonômica aos trabalhadores terceirizados.

Usuários das Unidades – Permissionários e Produtores Rurais

Cabe a estas classes os mesmos cuidados estabelecidos aos empregados da Companhia, com acompanhamento nas unidades, pelas equipes de segurança que avaliam, fiscalizam e tomam as medidas pertinentes, além de acompanhamento médico ambulatorial que ocorre na maior unidade do Paraná. Segrega ainda, a ampliação dos contratos de mão de obra, com o fim especial de higienizações nas unidades. Alteração de horários foi outro instrumento utilizado para redução do trânsito de pessoas nos ambientes.

Front Financeiro - Social

A responsabilidade financeira e social da Companhia, vem sendo acionada através dos mecanismos de gestão da Direção Executiva, propiciando aos permissionários e produtores rurais, condições de renegociação de compromissos, através de parcelamentos e postergação de compromissos, agregado a suspensão, no período da pandemia, de reajustes de valores praticados.

Parcerias com Instituições

Mantida hoje forte parceria com Instituições de Governo e Privadas, com o mesmo espírito de combate ao momento que vivemos, onde se destaca as Instituições ligadas a estrutura orgânica do Estado e em especial às vinculadas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Entidades de classe Privadas, Secretaria de Estado da Saúde, FUPEN – Fundo Penitenciário do Paraná com fim de ressocialização e disposição de mão de obra para auxílio ao combate a pandemia, 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, com divisão dentro da unidade de Curitiba, em conjunto com Sistema privado de monitoramento de imagens e emissão de mensagens de voz orientando os transeuntes, dentre outras que vem colaborando diretamente ao combate ao Covid-19.

A Gestão operacional e financeira, opera com vistas a manter avaliações constantes dos impactos do momento que vivemos, traduzindo em ações, que gerem as menores consequências futuras possíveis ao negócio e objeto da Companhia.

Impacto Financeiro da Pandemia

- A pandemia influenciou significativamente os mercados, a considerar o ramo de atividade da Companhia, a gestão da CEASA/PR, foi impulsionada a tomar medidas que viessem a amenizar os impactos do mercado atacadista, pois esse é fator preponderante para a saúde financeira da Instituição. Desta forma medidas financeiras foram implementadas para facilitar, o desempenho dos permissionários, com parcelamento de dívidas, facilitando sobremaneira o fluxo financeiro das partes interessadas, a partir de junho/2020, sem que isso viesse a comprometer o fluxo de caixa da Companhia.
- Á Companhia com relação a pandemia, não teve perdas de receita, porém preventivamente medidas pertinentes, tais como, redução de despesas de contratos continuados, redução da participação de mão de obra direta, alongamento e postergação na cobrança de dívidas de clientes, dentre outras.

Para tentar minimizar os impactos, tomamos algumas ações para reduzir custos e despesas, destacamos as seguintes:

- Antecipação de férias de funcionários, além da disponibilização em tele trabalho aos empregados com alguma vulnerabilidade.
- Outra forma para a gestão da situação de pandemia, foi opção pela jornada de trabalho reduzida, facilitando, e dando segurança ao ambiente profissional, como também colaborando com a redução de despesas, como por exemplo, despesas com treinamentos, despesas com viagens, despesas com consultorias (que julgamos serem desnecessárias no momento), dentre outras.
- A parceria com órgãos de saúde pública, que muito nos auxiliou no processo pandêmico, demandou de agregar aos usos e costumes ações necessárias e barreiras sanitárias, como distribuição de máscaras nas unidades, álcool em gel, medições de temperatura corpórea dos transeuntes e usuários, publicidade de campanhas orientativas (faixas banners, etc.), providencias contínuas no uso de equipamentos de proteção individuais, postos terceirizados de profissionais para assepsias nas unidades, dentre outros.

Nota 30. Eventos Subsequentes (CPC 24)

Contrato de locação, mudança da sede administrativa da CEASA. Em 07 de junho de 2021 foi firmado com a CODAPAR contrato de aluguel para ocupação de imóvel de sua propriedade, situação à Avenida Silva Jardim, nº 303, Bairro Rebouças, Curitiba, Paraná. O compromisso firmado entre as partes teve vigência a partir da assinatura do contrato e ficou estabelecida a carência no pagamento do valor de aluguel nos meses de junho e julho de 2021. Ainda nos primeiros 11 meses de aluguel, ou seja de agosto 2021 a junho de 2022, totalizando R\$ 220 mil, será liquidado junto a Locatária através de compensação de crédito de idêntico valor que possuía com a CEASA até a data da assinatura do contrato, nota explicativa 6.

O prazo de vigência do contrato será de 60 meses e ficou atribuído o valor total de R\$ 1.200 mil a serem pagos em prestações mensais de R\$ 20 mil, com reajustes previstos a partir do 2º ano da data de assinatura do contrato de aluguel.

Em observância às orientações divulgadas no IFRS 16 a Companhia promoverá o registro e demonstração de seu direito de uso e suas obrigações conforme preceitua a norma contábil no trimestre seguinte.



Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
Interino
CPF 035.476.299-00



Paulo Ricardo da Nova
Diretor
Agrocomercial
CPF 320.926.019-20



João Luiz Buso
Diretor
Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20



Antônio Leonardecz
Diretor
Técnico
CPF 640.795.979-91



João Ataíde da Costa
Contador
CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00